



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2018

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 15 horas.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Rogério Fernandes Duarte (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix, em substituição do seu Presidente (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares, em substituição do seu Presidente (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Centro Cultural Casa do Povo de Santa Cruz da Trapa.

FALTAS: António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS).



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação das atas dos dias 29/09/2017, 25/10/2017, 17/11/2017 e 22/12/2017.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
4. Período de Intervenção do Público.
 - 4.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
 - 4.2 - Informação sobre o Relatório Anual de Atividades de 2017 e Plano de Ação para 2018 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
 - 4.3 - Informação sobre a Análise Orçamental da Termalitur, referente ao 4.º Trimestre de 2017;
 - 4.4 - Informação sobre o Plano de Atividades e Orçamento da Termalitur para 2018;
 - 4.5 - Informação sobre Declarações de Pagamentos e Recebimentos em Atraso e de Compromissos Plurianuais;
 - 4.6 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais respeitante à Contratação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica em BT (Baixa Tensão, IP e Normal), BTE (Baixa Tensão Especial) e MT (Média Tensão) para todas as instalações elétricas da Câmara Municipal”;
 - 4.7 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais respeitantes à Contratação do Fornecimento de Serviço de Seguros”;
 - 4.8 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Declaração de Interesse Público – Terreno para Construção do novo Quartel de Bombeiros, de Campo de Futebol de 7 e de Vias de Acesso – Retificação da Deliberação de 30 de junho”;
 - 4.9 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Parque Industrial de Pindelo dos Milagres – Proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal de S. Pedro do Sul”;
 - 4.10 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Remuneração do Administrador-Delegado da Termalitur”;
 - 4.11 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração Parcial à Estrutura de Organização Interna dos Serviços Municipais”;
 - 4.12 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de S. Pedro do Sul – Ano de 2018”;
 - 4.13 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração das Normas de Utilização das Viaturas ao Serviço da Educação, Cultura e Desporto”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de outubro a dezembro de 2017;
- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de novembro e dezembro de 2017;

Mails:

- Do Instituto Nacional de Estatística, datado de 14/12/2017, a remeter informação estatística sobre o município de São Pedro do Sul;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 05/01/2018, a dar conhecimento do ofício enviado ao Sr. Presidente da República, a remeter cópia de moção sobre os incêndios de 15 e 16 de outubro;
- Do Grupo Parlamentar do CDS-PP, datado de 10/01/2018, sobre o projeto da futura “Via dos Duques”, que liga Coimbra a Viseu;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Assembleia Municipal da Guarda, datado de 16/01/2018, a remeter Moção de Apoio ao “Movimento pelo Interior – em nome da coesão”, aprovada por unanimidade em sessão realizada no dia 18/12/2017;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 24/01/2018, a dar conhecimento da próxima reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, a realizar no dia 23/04/2018;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 25/01/2018, a dar conhecimento de pergunta dirigida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre o atraso na análise das candidaturas apresentadas pelas empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, para a isenção da contribuição à Segurança Social;
- Da Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 01/02/2018, a remeter convite para participação no “2º Encontro de Presidentes de Assembleia Municipal”, a realizar no dia 03 de março, em Lisboa.

Ofícios:

- Da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, datado de 20/12/2017, a remeter o Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2018;
- Do Tribunal de Contas, datado de 29/12/2017, a dar conhecimento de recomendação sobre a homologação da conta relativa ao exercício de 2015;
- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 09/01/2018, a dar conhecimento de Voto de Pesar, aprovado por unanimidade na sessão ordinária de 22 de dezembro, sobre os incêndios ocorridos em outubro de 2017;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 08/02/2018, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária do mês de fevereiro de 2018.

Faltas:

- Do Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues Rocha, datada de 13/11/2017, à sessão do dia 17/11/2017;
- Do Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, datada de 20/12/2017, à sessão do dia 22/12/2017;
- Do Deputado Municipal António Lopes Ribeiro, datada de 26/12/2017, à sessão do dia 22/12/2017;
- Do Deputado Municipal Fernando Joaquim Pinto, datada de 08/01/2018, à sessão do dia 16/02/2018.

Outros:

- Do Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva, datada de 24/11/2017, a solicitar que o valor das suas senhas de presença seja endereçado à MUT – Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de São Pedro do Sul;
- Do Deputado Municipal Fernando José Moreira de Almeida Figueiredo, datada de 16/01/2018, a solicitar que o valor das suas senhas de presença seja endereçado à ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, procedendo à análise do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: **Aprovação das atas dos dias 29/09/2017, 25/10/2017, 17/11/2017 e 22/12/2017**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar as mesmas, com dispensa da sua



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

leitura, em virtude do texto das mesmas haver sido distribuído previamente por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Nota: Os Deputados Municipais que estiveram ausentes nas sessões em causa não intervieram neste ponto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, José Celso Rodrigues Martins de Almeida (PS): Após dar as boas-vindas a todos os presentes, disse ser uma grande honra para Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões receberem a Assembleia Municipal. Após, apresentou moção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com o seguinte teor: “Moção - 1. Possui o Município de S. Pedro do Sul uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), com sede no Centro de Saúde de S. Pedro do Sul e, entre outras, com uma Extensão de Saúde na vila de Santa Cruz da Trapa, em espaço inaugurado a 23 de março de 1991, pelo então titular da Secretaria de Estado da Saúde. 2. Esta extensão serve sobretudo as populações da União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, da União de Freguesias de Carvalhais e Candal, e das freguesias de Serrazes, de Valadares e de Manhouce, num universo humano superior a 5 500 cidadãos, segundo o censo de 2011. 3. Esta população está preocupantemente envelhecida e muita dela é serrana, pelo que se encontra mais condicionada pelo grande afastamento da sede concelhia, alguma a mais de trinta quilómetros. 4. Na vila de Santa Cruz da Trapa situa-se uma Escola Básica Integrada, que sedia o Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa e movimenta centenas de crianças e jovens até ao 9.º ano, pelo que um espaço de saúde disfuncional mais que uma solução é um problema acrescido em caso de necessidade. 5. Acresce dizer que a mesma localidade possui uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários equipada para responder a necessidades da Extensão de Saúde local. 6. Até há dois anos, os serviços clínicos da extensão eram prestados diariamente por dois médicos. 7. Acontece que um deles (médica), desde fevereiro de 2016 encontra-se de baixa prolongada por doença oncológica. 8. É certo que a ACeS Dão-Lafões, atenta à gravidade e insuficiência que se vive com o exercício de apenas um médico, tem tentado debelar o problema. 9. Daí terem sido tentadas soluções transitórias em regime de substituição. Foram quatro, todas por brevíssimos tempos, chegando-se ao cúmulo de uma delas ter durado apenas meio-dia... 10. Nem mesmo as insistentes diligências da Junta de Freguesia, autarquia onde em primeira instância todas as reclamações caem, têm surtido efeito. 11. De tal forma é chocante e gritante a situação que, já neste mês de fevereiro, um paciente oncológico tentando renovar a baixa médica não conseguiu o documento por o médico de família estar indisponível pela sobrecarga de trabalho... Assim, porque estamos no século XXI, no continente mais desenvolvido do planeta, integrados numa União Europeia onde a democracia e a solidariedade não podem ser bandeiras vãs, só podemos indignar-nos com este estado de coisas e não calar. Como tal, Apesar de sermos território de baixa densidade, de gente envelhecida e muita dela iletrada, não deixamos de ter os mesmíssimos direitos que todo e qualquer concidadão de qualquer urbe tem - seja do norte ou do sul, do litoral ou do interior -, pelo que exigimos que as autoridades que superintendem a matéria em causa, de uma vez por todas, olhem para este problema com olhos de ver e o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solucionem com a máxima brevidade.” Posta à votação, foi a presente moção aprovada por unanimidade. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Usou da palavra, para colocar duas questões à Câmara Municipal, a saber: volvidos cerca de seis meses, perguntou qual era o ponto de situação relativamente às candidaturas, agora que o quadro comunitário de apoio corre a todo o vapor, isto é, que candidaturas já estavam aprovadas e com financiamentos garantidos e quais as que estavam em execução; a segunda questão, que tem a ver com a aplicação dos Decretos-Leis n.ºs 124/2006 e 17/2009, relativos às limpezas florestais, e que por via das catástrofes de junho e de outubro, estão no terreno quer elementos da Fiscalização Municipal, quer agentes da Guarda Nacional Republicana, no sentido de alertar, notificar e sensibilizar as populações para a necessidade de determinadas limpezas em determinadas circunstâncias, pelo que questionou qual o feedback que o executivo está a ter em relação aos trabalhos no terreno. Deputado Municipal Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS): Apresentou a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar, queria agradecer a esta Assembleia a oportunidade de aqui estar na qualidade de Deputado Municipal. Como Santacruzense e filho desta terra, não podia deixar de aproveitar a ocasião para me dirigir a todos vós e congratular-me com este feito. A possibilidade das sessões da AM serem efetuadas nas diversas freguesias do concelho, permitindo assim uma maior proximidade dos deputados eleitos com os seus munícipes, facilitando a verificação dos projetos em execução, outras carências e necessidades. Da mesma forma as populações têm também mais facilidades em dar voz aos seus anseios e chegar mais próximo de quem dirige e define os destinos do Município. O valor de uma Assembleia Municipal mede-se pela qualidade do trabalho realizado, pela qualidade e diversidade de opiniões que ali se expressam, pela efetiva verificação dos atos do poder do executivo. Muito obrigado Sr. Presidente pela descentralização do poder nesta Autarquia. De seguida e sendo o ato do momento queria realçar a última grande obra executada no concelho e que está aqui em Santa Cruz da Trapa, está concluída e será oficialmente inaugurada no próximo domingo. A obra está pronta e com certeza será rentabilizada ao máximo pela população local de Santa Cruz da Trapa e de São Cristóvão de Lafões, mas não só, servirá também as populações das localidades e freguesias limítrofes. A sua localização geográfica assim permite, tendo sido estrategicamente pensada, possibilitando o descongestionamento dos equipamentos desportivos localizados na sede do concelho que há muito se encontram com a capacidade esgotada. Este Pavilhão é uma valência que servirá o público jovem que gosta da prática desportiva, mas também outras classes etárias que terão ao seu dispor um espaço mais próximo que poderão utilizar com uma oferta em horário adequado às suas pretensões. Em boa hora esta obra foi pensada, planeada e executada, e aí está para gáudio de todos quantos lutaram para que o Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz da Trapa fosse uma realidade. Para os que sempre contrariaram a implementação deste projeto, quer pelo descrédito da sua realização e conclusão, quer pela manifesta falta de bom senso quanto à necessidade e mais-valia que esta obra representa para as populações de Santa Cruz da Trapa e localidades limítrofes, a realidade não pode ser negada. Aos descrentes e opositores permanentes, aos profetas da desgraça, que façam uma reflexão das suas posições e que acreditem nos projetos e nas pessoas que trabalham e se dedicam à causa pública. Que tenham sempre presente que estamos aqui em prol das populações do concelho, do seu bem-estar, da melhoria das condições de vida e todas as iniciativas vão nesse sentido. Estamos de boa-fé, e quem assim não pensar está com certeza deslocado desta realidade. O Concelho tem evoluído e todas as freguesias têm sido



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contempladas com novas infraestruturas, melhoramentos nas existentes e, como já foi referido anteriormente, visam a melhoria e o bem-estar de todos. O Concelho está efetivamente melhor e só não aceita esta realidade quem não quer. Santa Cruz da Trapa é disso exemplo, com a obra que todos conhecemos e outras de menor visibilidade, mas muito importantes e necessárias e imprescindíveis. Mas também tem graves lacunas e o investimento vai ter de continuar. Uma grave deficiência nos serviços públicos, tem a ver com o funcionamento da Extensão do Centro de Saúde de Santa Cruz da Trapa e a resposta que atualmente dá à população (como aqui já salientado pelo Sr. Presidente da JF). Como é do conhecimento geral este serviço está a funcionar apenas com um médico, o que resulta em enormes constrangimentos para a população servida por este Centro de Saúde. Inclui para além dos residentes na União de Freguesias de Santa Cruz e São Cristóvão, os residentes nas freguesias limítrofes de Serrazes, Valadares, Manhouce, Carvalhais e Candal, num total de cerca de 5500 habitantes, que face falta de resposta deste CS tem de se deslocar ao Centro de Saúde da sede do Concelho. Para uma população efetiva desta dimensão e considerando um rácio atribuído a cada Médico de Família até 1900 utentes, esta (extensão) do Centro de Saúde deveria ter a prestar serviço três clínicos.

A baixa por doença de um dos dois médicos que estão atualmente atribuídos agrava ainda mais a deficiente resposta do SNS às populações destas localidades. Diariamente são presenciados casos de falta de atendimento de cidadãos para uma simples renovação de prescrição de medicamentos, até a situações de falta de acompanhamento de doenças graves e agudas, muitos idosos em estado debilitado, com carências e com dificuldade de se deslocar ao Centro de Saúde da sede do Concelho. A dificuldade de gestão do SNS não tem sido fácil, face ao desinvestimento e cortes orçamentais efetuados nesta área num passado recente, estamos agora a pagar a fatura. Várias diligências têm sido feitas junto da Administração de Saúde local e regional não se tendo verificado até ao momento qualquer solução. Até que o estado de saúde do médico lá colocado se altere, ou que algum clínico se disponibilize para servir estas populações, ou que o sistema de gestão e colocação de médicos seja revisto e alterado, as situações deveras constrangedoras de prestação de Serviços de Medicina Geral e Familiar na Extensão de Saúde de Santa Cruz da Trapa irão continuar. Vamos prosseguir nas diligências junto das instâncias superiores, no sentido de minorar o problema. A Moção apresentada por esta Assembleia Municipal a isso nos vincula. Disse.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, moção com o seguinte teor: “A problemática lei que responsabiliza os municípios, os proprietários, os arrendatários, os usufrutuários ou entidades a qualquer título à limpeza das florestas e faixas de gestão de combustível, tem que ser revista. Em termos práticos esta lei, a 124/2006 de 28 de junho não é exequível, necessitamos de um faseamento, de uma priorização das intervenções de modo a evitar equívocos ou mal entendidos, precisamos de saber quem tem de fazer o quê, a custos de quem, como e com que poderes, com que legitimidade incluindo com base no direito de tomada de posse, entendemos que a limpeza de matas deve ser da responsabilidade de todos e não só dos proprietários como sendo os primeiros e grandes responsáveis pelo que o grupo parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul propõe: 1º - A revisão (32:19) da lei que responsabiliza os proprietários, arrendatários, usufrutuários, entidades a qualquer título e municípios pela limpeza das florestas; 2º - A proposta para a revisão do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho nomeadamente o nº 2 do artigo 15º (32:40) no que concerne à limpeza de terrenos ocupados com florestas, matos ou pastagens naturais numa faixa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com largura não inferior a 50 metros medidos a partir da alvenaria exterior do edifício a preservar, nele deverá constar se é da responsabilidade do proprietário da edificação a execução destes trabalhos; 3º - Obrigatoriamente a limpeza das áreas envolventes das casas de habitação em aldeias isoladas e não só, seja da responsabilidade dos titulares das edificações na eventualidade das áreas confinantes às edificações não serem sua pertença que ao menos lhe assista o direito de usufruto para a realização destes trabalhos; 4º - Que de imediato se proceda à replantação das áreas queimadas de acordo com os planos de ordenamento florestal; 5º - A atribuição do subsídio para investimento nas pequenas explorações florestais destruídas pelos fogos 2016/2017; 6º - Que os produtores florestais sejam contemplados com o subsídio anual à produção e não ao rendimento com base nos índices produtivos das espécies de crescimento rápido e lento cabendo a estes a obrigação pela limpeza e ordenamento desse povoamentos de acordo com as normas e requisitos a definir; 7º - Ao Estado e só ao Estado deverá caber o papel fiscalizador". Referiu ainda, relativamente ao carnaval de São Pedro do Sul, o seguinte: "O carnaval em São Pedro do Sul é da responsabilidade daqueles que praticam este ato, que no meu ponto de vista é glorioso. É um evento e uma festa que a nós nos anima, que comparado com as outras festas de Carnaval a nível do país nos deve orgulhar. O carnaval de Negrelos, ao longo destes anos, tem tentado trazer alegria à cidade e dou os meus parabéns a quem está e tem estado à frente da iniciativa, pela coragem do que tem sido feito ao longo destes anos e pela movimentação de população, com mais ou menos atividade, com mais ou menos participação. Acontece que, nestes últimos anos, verificamos que a população deixou de ter o brilho que o carnaval de Negrelos nos proporcionou ao longo dos anos e julgo que é altura de nós darmos a possibilidade à Associação que patrocina e promove o carnaval de Negrelos poder solicitar a mais-valia duma festa brilhante para São Pedro do Sul e para a cidade com o apoio do município, eu julgo que é altura de pensarmos na grande festa do Carnaval em São Pedro do Sul. Santa Cruz da Trapa tem um carnaval por excelência e julgo que é perfeitamente possível conjugar esforços da mesma forma como temos feito noutros eventos, como as marchas populares, como as festas feitas ao longo do ano neste concelho e apoiadas pela Câmara Municipal. Julgo que é altura de exigir à Câmara Municipal que este evento, fora do ciclo e das melhores épocas festivaleiras, se faça de facto, que apoie e consigamos vir a ter uma festa de carnaval à altura e dando os parabéns não só a Negrelos, como a Santa Cruz da Trapa e a outras aldeias que o fazem no concelho, fazermos o mesmo que se faz com as marchas populares, no sentido de começar a haver aqui uma certa rivalidade e, aí, eu estou convencido que vamos sair por cima e vamos ter uma festa à altura." Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que a execução das leis que estão agora no terreno pecam por tardias, que esta problemática já existe exarada em diplomas governamentais estatais e que a sua republicação também já incluía outras alterações, dizendo que: "Ninguém põe aqui em causa esta injustiça de pressão acelerada no calendário para até dia 15 de março estar tudo limpinho, impossível. Eu acho que nós temos de ser muito sensíveis e as autarquias e a Guarda Nacional Republicana também. A questão do afastamento dos 4 metros entre as copas, então deixamos de ter uma mata para depois termos um semideserto, e a copa do pinheiro igual à copa do carvalho, quer dizer, quando chegar dia 15 ainda está a sair legislação, a gente não sabe como é que vai resolver isso. Portanto Eng.º Ribeiro, nós estamos de acordo com a base da moção, mas eu sugeria que nós conversássemos sobre isso, há um pormenor que, quanto a mim, custa-me entendê-lo que é a negação de que a responsabilidade maior não compete ao proprietário. Se tenho um pinhal a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

responsabilidade primeira da limpeza é minha, não é de mais ninguém, a propriedade é minha, compete a mim a sua limpeza. O pinhal é pequeno, não dá rendimento, o problema é meu, o azar é meu.” Presidente da Câmara Municipal: Relativamente a esta moção, referiu o seguinte: “No que diz respeito a este Decreto-Lei n.º 124/2006, esta lei existe há 12 anos, e se eu concordo com alguns dos pontos, já não concordo com outros: não concordo que sejam os donos das habitações a ter de fazer a limpeza naquilo que compete aos outros. É que não estamos só a falar em limpezas, estamos a falar também em corte de árvores. Ontem saiu legislação em que têm de ser cortados pinheiros e eucaliptos com uma distância entre copas de 10 metros, estamos a falar num grande desbaste. Eu próprio, enquanto produtor florestal, já tive o cuidado de andar a limpar as minhas matas que estão perto das habitações, gastei 1500 euros para fazer essa limpeza, e já entreguei a um empreiteiro para me ir cortar as árvores e num desses pinhais fico com metade do pinhal completamente desbastado. Alguém tem de fazer alguma coisa, porque se nós tivermos cá um fogo com a envergadura do que tivemos cá em outubro do ano passado, em que morreram pessoas e em que se queimaram 200 casas, como aconteceu em Tondela, a responsabilidade é do Senhor Presidente da Câmara e a mim até me dava jeito que este Decreto-Lei n.º 124/2006 deixasse de existir porque era uma responsabilidade que não seria minha. Há pontos que o Eng.º Lopes Ribeiro aqui propôs que são perigosos, precisamente por causa da questão da responsabilidade da limpeza das matas e atirar a responsabilidade para cima dos proprietários é complicado. Penso que devia formar-se uma comissão entre elementos das duas bancadas e em conjunto apresentarmos uma proposta que fosse ao encontro das necessidades das nossas gentes e do nosso concelho. Neste momento temos 11 funcionários do município na rua a sensibilizar as pessoas para as limpezas e não iremos conseguir sensibilizar todas as pessoas, não conseguiremos ir a todo o lado, esta lei é uma lei que não se vai conseguir cumprir, a não ser aqueles concelhos e aquelas cidades junto ao litoral que não têm mata florestal ou então em Arouca, onde já ardeu tudo. Agora teremos que fazer alguma coisa, e isso já estamos a fazer e tentaremos fazer o melhor possível dentro do prazo curtíssimo, em que o Estado, não tendo conseguido fazer nada ao longo destas décadas, agora atira responsabilidade para cima dos munícipes para que, em poucos dias ou poucos meses, se proceda a essas limpezas.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em resposta, referiu o seguinte: “O ponto nº 3 desta moção, quando eu refiro aqui que a obrigatoriedade da limpeza das áreas envolventes das casas de habitação em aldeias isoladas, e não só, seja da responsabilidade dos titulares das edificações, tem a sua lógica. É óbvio que as áreas envolventes da habitação, na maioria dos casos, são dos próprios proprietários e há casos em que as Câmaras Municipais, ao longo dos anos, licenciaram construções nas quais os proprietários das áreas envolventes confinantes, não sendo eles proprietários das habitações, foram apanhados com uma legislação que nada tem a ver. Se eu tenho uma propriedade na qual tenho como confinante uma habitação que a autarquia licenciou, que culpa tenho eu que a autarquia tenha licenciado uma habitação na qual eu agora tenho que proporcionar ao dono da habitação a limpeza do terreno confinante? Esta é uma situação muito complexa, é exatamente aquilo que eu digo neste ponto, ou seja, a moção que eu apresento, no fundo, acaba por ser um auxílio para o estudo, para a revisão da própria lei, vem ao encontro duma possível revisão, dar um carácter de força ao próprio Ministério da Agricultura, aos próprios serviços oficiais, no sentido de alteração e revisão desta lei. Eu sei que o Decreto- Lei n.º 124/2006, no qual diz o Senhor Presidente da Câmara que eu que tenho andado distraído, não tenho nada, eu tenho acompanhado de perto muitas revisões que foram



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitas nas quais a maioria das revisões é propagante, é para nós sermos penalizados, são para as coimas, são para nós estarmos permanentemente a sermos fustigados com mais situações complexas para ser o pagante, é óbvio que isto vem também ao encontro de nós podermos parar um pouco para pensar e dizer que este país tem que modificar em termos florestais, em termos de ordenamento florestal e começar exatamente por São Pedro do Sul. São Pedro do Sul ardeu, está queimado, em 2016 e 2017 São Pedro do Sul em termos de área de terrenos e de pinhal, desapareceu praticamente tudo. Se nós não formos financiados, se não houver um subsídio à produção, que é o que eu proponho aqui, se eu produzo em doze anos 120 toneladas de lenho de eucalipto, por exemplo, o Estado deverá, do meu ponto de vista, financiar anualmente em função dessa produção e no final se eu conseguir levar o povoamento de pinhal ao fim de vinte e cinco anos ou ao fim de trinta anos e fizer um corte que eu consiga realizar o valor desse lenho que eu lá tenho ou ao fim de dez anos nos eucaliptos, tudo bem, caso contrário, se houver nesse entretanto um incêndio, ao terceiro ou ao quarto ano em que não houve hipótese do proprietário realizar alguma receita sobre a venda do lenho dessas propriedades, coube ao Estado, porque a floresta verde, as mais-valias, os ecossistemas, não somos nós do interior a termos de salvaguardar isto, tem de ser o Estado, tem de ser todo o País a salvaguardar isso, não podemos ser nós, os do interior, a baixa densidade, a pagar a fatura permanentemente. Portanto, esta será, do meu ponto de vista, uma ajuda crucial e preciosa para que haja oportunidade à discussão. Esta moção é nesse sentido e eu não retiro a proposta e proponho-a à votação.” Presidente da Câmara Municipal: Referiu que reconhece a boa vontade na proposta que o Deputado Municipal Eng.º Ribeiro fez e que se revê em muitos pontos, mas que é um assunto muito complexo, que todos os pontos devem ser bem estudados e que se deveria criar uma comissão para estudar e melhorar o que é proposto, pois embora tenha a razão toda naquilo que diz, o texto deveria ser revisto e melhorado no sentido de ser apresentada superiormente. Disse ainda que em São Pedro do Sul, felizmente, não tinha ardido tudo, que ainda temos grandes manchas florestais, que tentarão preservar dentro das possibilidades da Câmara Municipal. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu concordar com a proposta da realização da comissão, não só para fazer uma proposta, mas também um estudo para São Pedro do Sul. Disse considerar que o problema dos incêndios florestais, não só para o concelho de São Pedro do Sul, mas para a região e para o País, é de tal maneira grave que esta Assembleia Municipal tem obrigação de fazer um trabalho de planeamento, no sentido de constituir uma proposta válida não só com os pontos propostos, mas com outros, fazendo uma avaliação nas freguesias e então apresentar algo que pudesse ser votado em conjunto. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse aceitar a sugestão, que certamente irão chegar a acordo, que não tem qualquer problema em concordar com a revisão da moção, mas que tem que ser feita no prazo de quinze dias, pelo que ou o Sr. Presidente da Mesa concorda que no prazo de 15 dias uma comissão com os dois grupos parlamentares e com os técnicos da Câmara Municipal nesta área se envolvem nisto, caso contrário, não retiro a moção, porque daqui por dois ou três meses passou o período de intervenção da limpeza. Posta a presente moção à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, condicionada à sua alteração no prazo de quinze dias, criando-se para o efeito comissão de trabalho em conjunto com dois elementos de cada Grupo Parlamentar, o Presidente da Assembleia Municipal, um Presidente de Junta de Freguesia de cada partido político e o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal. Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Manuel Duarte Laranjeira (PS): Solicitou ao Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal para que interceda junto da EDP no sentido desta resolver de uma vez por todas o problema da iluminação pública da sua freguesia, pois há 4 anos que andam a tentar fazê-lo, não tendo obtido qualquer resposta até à data. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu que não é só em São Pedro do Sul que existe o problema da eletricidade, é a nível distrital e a nível nacional, que os problemas se vêm arrastando há muito tempo e que a responsabilidade não é da Câmara Municipal nem das Juntas de Freguesia. Disse que têm feito queixas sistemáticas, que têm andado a pressionar e que a EDP não está a responder às necessidades, mas que irão continuar a insistir. Respondendo ao Deputado Municipal Dr. Ferreira Gomes, disse estarem neste momento em execução a ETAR de Valgode, bem como as ligações de Pinho, Bordonhos, Pouves, a região central de São Pedro do Sul e que hoje se iniciou o rasgo da estrada que vai desde Drizes até às Termas, dizendo que “com tanto saneamento a cair para as nossas centrais elevatórias, tivemos que colocar condutas com maior capacidade, que na altura não foi previsto e agora temos que rasgar novamente a estrada”. Referiu também que, assim que a alteração ao PDM seja aprovada no que diz respeito ao Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, irão lançar o concurso público para construção do Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, e que já foi lançado o concurso do Parque da Cidade, já têm empreiteiro para o mesmo e que irá neste momento para Tribunal de Contas. Referiu ainda o seguinte: “Temos as ruínas romanas que estão neste momento em execução; temos a recuperação do Edifício da Câmara Municipal que vai criar condições para que todas as pessoas que tenham problemas de mobilidade possam ter acesso direto a todos os serviços da Câmara Municipal sem terem necessidade de andar a subir escadas, e que irá para concurso brevemente; temos o circuito pedonal das Termas, que vai ligar a Ponte do Pego em direção ao centro das Termas, que vai ser a continuação da Ecopista; temos o concurso do Wi-Fi, que está numa fase final, que vai fazer com que no centro da cidade de São Pedro do Sul e nas Termas tenhamos Internet gratuita para toda a população, fazendo com que as antenas que temos na Câmara Municipal possam ser deslocadas para Santa Cruz da Trapa, para que vocês também aqui na zona do Calvário possam ter acesso gratuito à Internet; a nível florestal, temos a abertura de estradões para pontos de água de primeira classe, estamos a falar em estradões quem vai de Santa Cruz da Trapa para a Coelheira, estamos a falar noutra quem vai do São Macário para São Martinho das Moitas; temos a reposição de caminhos que foram afetados pelos incêndios bem como o concurso de mais de 200 mil euros para reflorestação das nossas matas ardidas em 2016, de mais de 100 mil árvores autóctones (carvalhos, castanheiros, bétulas); temos uma candidatura apresentada para reposição dos taludes que arderam, nos taludes de Valadares e de Serrazes; temos as candidaturas, também aprovadas na ADDLAP, para a continuação da Ecopista a seguir à ponte de Negrelos, em direção à Pedreira; temos os jardins à volta da Associação de Figueiredo de Alva e os equipamentos para crianças e idosos junto à Associação de Arcozelo; estamos neste momento também a elaborar um projeto a nível de sustentabilidade, há possibilidade de, até finais de abril, fazermos uma candidatura no que diz respeito a sustentabilidade e nessa mesma candidatura iremos apresentar um projeto para mercado municipal, que é uma candidatura que poderemos meter no Turismo de Portugal e também na ADDLAP, em que num lado poderemos receber 85% a fundo perdido e noutra lado poderemos ter direito a 50%; apresentámos recentemente candidaturas para vários saneamentos em praticamente todas as freguesias, na ordem de 4 milhões de euros, mas que só irá para a frente, só terá condições, se realmente aquela associação que estamos a pensar fazer juntamente com Viseu, Satão, Nelas, Mangualde,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vouzela, Vila Nova de Paiva, possa ter pés para andar, e aí temos praticamente essa candidatura aprovada, o que fará com que, não falando noutras freguesias, na freguesia de Santa Cruz da Trapa possamos ter o problema resolvido de saneamento em grande parte desta freguesia, como nas Vendas, no Bouco, no Pedregal e em Lourosa. A maior parte destas candidaturas já estão aprovadas e do investimento que iremos ter de 5 milhões e meio de euros, quatro milhões de euros são investimentos e são candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal.” Sobre o carnaval, referiu que a Câmara Municipal já apoiou o Carnaval de Negrelos com 4 mil euros, sendo do entendimento quer da Câmara Municipal, quer da própria comissão organizadora, ser suficiente este apoio. -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** tendo-se verificado a seguinte intervenção: -----

Mário Almeida: Após dar as boas vindas a todos, em seu nome e em nome da Associação Recreativa e Cultural de Santa Cruz da Trapa, disse reconhecer que na sua última intervenção da Assembleia Municipal, enquanto deputado eleito, fez algumas declarações que, não obstante a questão política se manter, do ponto de vista pessoal houve quem se sentisse ofendido, nomeadamente o Vereador Dr. Pedro Mouro, mas que quem o conhece sabe que não foi essa a sua intenção, que nunca lhe passaria pela cabeça ofender alguém pessoalmente, que sempre que interveio na Assembleia Municipal, foi sempre do ponto de vista político e nunca pessoal, orgulhando-se de ter feito muitos amigos de ambas as bancadas, pelo que não tem nenhum problema em assumir publicamente um pedido de desculpas, embora entendendo que não fosse essa a sua intenção, mas percebendo pois viviam-se momentos muito complicados, de algum nervosismo e crispação, de campanha eleitoral, em que o Vereador Dr. Pedro Mouro pensava perder as eleições e ele pensava ganhá-las. Por fim, convidou todos os presentes para, no final dos trabalhos, visitarem a galeria da associação, onde têm patente uma exposição sobre Dom Afonso Henriques, em banda desenhada. Presidente da Câmara Municipal: o senhor foi extremamente deselegante comigo nessa última Assembleia, chegando ao ponto de me chamar covarde, o senhor quando me quiser chamar covarde chame-me na minha frente, pode-me chamar outros nomes, mas covarde nunca o fui, de forma que era bom que o senhor também reconhecesse isso, o senhor falou que as pessoas andavam nervosas, mas se o nervosismo existia era da sua parte, porque eu não estando presente nem sequer poderia dizer nada, nem poderia saber se eu estava nervoso, e queria dizer-lhe diretamente e sem qualquer tipo de complexos ou de cobardia digo na sua cara que o senhor foi deselegante. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Agradeceu ao Dr. Mário Almeida pela atitude nobre que teve de vir à Assembleia Municipal fazer referência ao momento que aconteceu em setembro passado, dizendo que da sua parte essa questão está ultrapassada, apenas corrigindo que da sua parte não havia qualquer nervosismo nesse dia, mas que perdoou logo a sua atitude e o seu nervosismo quando viu, no domingo seguinte, o resultado que teve em Santa Cruz da Trapa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia**: -----

4.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi presente a informação referida em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

4.2 - INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2017 E PLANO DE AÇÃO PARA 2018 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: -----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Sobre este ponto, fez o seguinte esclarecimento: “Houve algumas alterações de anos anteriores para o ano 2017. Uma delas foi nas entidades sinalizadoras: antigamente a principal entidade sinalizadora era a escola, neste momento deixou de ser a escola e passaram a ser a GNR, as autoridades policiais, o Ministério Público e a Autarquia. Depois as faixas etárias mais representativas: antigamente eram faixas etárias menores, as crianças que tinham menor idade, neste momento situam-se entre os 6 e os 17 anos. Depois as problemáticas sinalizadas graves, que é a violência doméstica e o consumo de álcool: a maior parte do que nos chega na CPCJ é devido a este problema e este ano, e estamos em fevereiro, já fizemos mais de uma dúzia de aberturas de processos só neste ano todas relacionadas com esta temática, o que quer dizer que é uma problemática que se está a agravar no nosso concelho e eu penso que deveríamos todos, todas as entidades, tomar medidas para o combater, porque isto afeta muitas crianças, temos crianças muito traumatizadas porque, como devem calcular, elas assistem. Por isso mesmo, a CPCJ irá propor às entidades que fazem parte da respetiva estrutura para trabalharmos este problema em conjunto, para minimizarmos os efeitos do mesmo. Só salientar que tivemos a entrada de 51 processos, ou seja, 51 sinalizações, de saídas tivemos 39 e fechámos o ano 2017 com 12 processos ativos. Neste momento temos vinte e tal processos e só estamos a 15 de fevereiro.” Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

4.3 - INFORMAÇÃO SOBRE A ANÁLISE ORÇAMENTAL DA TERMALISTUR, REFERENTE AO 4.º TRIMESTRE DE 2017: -----

Foi dado conhecimento da análise orçamental da Termalstur e não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

4.4 - INFORMAÇÃO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA TERMALISTUR PARA 2018: -----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou qual era a diferença relativamente a este Plano de Atividades e ao do ano transato, se há alguma orientação diferente no sentido de resolver os problemas financeiros e de cativar outro tipo de população Termal. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em resposta, referiu o seguinte: “O que este executivo pediu ao novo Conselho de Administração é que, durante o ano de 2018 e anos seguintes, a Termalstur faça alguma reestruturação, que é uma situação que vai ser colocada nos tempos próximos e que tem a ver com um conjunto de situações, nomeadamente a questão da renda. A renda paga pelo Balneário Rainha Dona Amélia não é exequível para o mercado de hoje, isto é, a renda foi definida há muitos anos atrás, com determinadas premissas que não se verificam hoje e, portanto, estamos a fazer juntamente com o Revisor Oficial de Contas da empresa municipal essa análise, para verificar qual é o valor justo e apropriado que a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Termalitur paga de renda à Câmara Municipal. Estamos a analisar também a questão das piscinas do Gerós. Há uns anos atrás aquele espaço que estava degradado, devoluto, estava numa entidade privada e a Termalitur, articulada certamente com a Câmara Municipal da altura, adquiriram aquele espaço, foi um leasing e neste momento esse leasing está a ser pago, estamos a tentar fazer uma operação financeira geral na Termalitur para englobar o pagamento antecipado, o fim antecipado do contrato de leasing das piscinas do Gerós, para que eventualmente essas piscinas passem para a tutela da Câmara Municipal, porque as piscinas do Gerós contribuem para um resultado hipoteticamente negativo da Termalitur, porque tem uma atividade muito sazonal, requerem intervenção todos os anos para cumprirmos, do ponto de vista da saúde pública, um conjunto de normas que estão afetas a este tipo de espaços: agora é obrigatório ter dois nadadores salvadores, mais um custo associado. Portanto, estamos também a fazer a análise se é rentável ou não para a empresa municipal, ou se faz mais sentido ficar na esfera da Câmara Municipal, porquanto não se trata de uma atividade da qual a Termalitur tenha competência. Por outro lado, o objetivo é ir de encontro ao Plano e Orçamento da empresa municipal para este ano, é acima de tudo continuar a aumentar a faturação, mesmo que seja um valor ínfimo, a termos mais clientes. Esperamos que em 2018 surjam dois dados novos que possam fazer toda a diferença, sobretudo um que já vem desde 2011 e que tem a ver com as participações do Serviço Nacional de Saúde, que esperamos que até Maio defina o valor exato das participações do Serviço Nacional de Saúde. Também no ano 2017 não tivemos uma única pessoa dos programas do Inatel, porque estão a ser redefinidos os programas de Termalismo Social, está para sair um novo programa, uma parceria do Inatel com o Ministério da Solidariedade, que é outro fator determinante para nós: uma aposta no bem-estar, porque o bem-estar tem estado em franco crescimento, assim como a fisioterapia, e a internacionalização que acaba por ser uma ínfima parte da faturação da empresa e que nós queremos que, progressivamente, deixe de ser. Nós estamos a apostar em alguns mercados, temos candidaturas submetidas para essa mesma internacionalização para ir não só a Termalitur, mas todas as nossas unidades hoteleiras serem promovidas num conjunto de feiras ligadas ao setor termal e ao setor turístico em geral. Portanto, acho que 2018 tem que ser um ano efetivamente de viragem e acho que, acima de tudo, a atividade termal deve-nos preocupar a todos, mas também deve ser um tema agregador e transversal, independentemente das divergências políticas, porque se nós maltratarmos e dissermos mal das Termas é o concelho que está a ser prejudicado, não é o PS nem o executivo da Câmara, e o que eu pedia era os vossos contributos, basta simplesmente nas redes sociais ajudarem a partilhar algumas coisas das Termas. Portanto, é essa valorização que é um dever de nós todos, promover as Termas de São Pedro do Sul, o concelho de São Pedro do Sul. A atividade termal passou por uma crise, nós nunca deixámos de ter a quota de mercado que tínhamos, a crise foi generalizada por um conjunto de fatores. A empresa municipal está num período de retoma por um conjunto de fatores que podem vir do passado, está destruturada do ponto de vista financeiro e cabe-nos a nós progressivamente irmos melhorando. Portanto, é este repto que eu lanço aqui, que haja acima de interesses partidários, de objetivos partidários, um trabalho de toda a gente pelo menos na promoção das nossas Termas, todos temos o dever de trazer gente para as nossas Termas, para São Pedro do Sul, falar de São Pedro do Sul pela positiva e é isso que eu peço a todos.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.5 - INFORMAÇÃO SOBRE DECLARAÇÕES DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO E DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este ponto, esclareceu que a única questão que poderá ser mais evidente tem a ver com as rendas da Termalitur à Câmara Municipal, que têm estado em atraso e que neste momento está a ser negociada uma operação bancária geral de reestruturação da Termalitur, onde estará incluído o pagamento destas rendas e pensam que, a curto prazo, grande parte delas, se não a totalidade, poderão vir a ser liquidadas. Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

4.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BT (BAIXA TENSÃO, IP E NORMAL), BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL) E MT (MÉDIA TENSÃO) PARA TODAS AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA CÂMARA MUNICIPAL”:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que como se trata de um compromisso plurianual e em função do valor que está associado a esta proposta, é da competência da Assembleia Municipal a sua aprovação para que possam adjudicar este serviço. Explicou ainda que o primeiro concurso não teve propostas validadas e que estão a lançar um novo, aplicando-se também ao ponto seguinte da Ordem do Dia em que, dada a natureza dos valores, o primeiro concurso ficou deserto e tiveram de subir o valor base. Presidente da Câmara Municipal: Alertar para o facto de estarem a pagar taxa de audiovisual sobre todos os pedidos de eletricidade que têm: ligações de furos artesianos, sinais luminosos, captações de água, saneamentos, cemitérios, pelo que era bom que, numa próxima reunião, se fizesse uma moção em conjunto, no sentido do governo acabarem com essa taxa vergonhosa. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTES À CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SEGUROS”:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Solicitou que a Câmara Municipal fundamentasse relativamente aos valores apresentados, ou seja, no ano 2018 há uma proposta de 100.500,00 €, no ano 2019 de 134.000,00€ e no ano 2020 de 105.000,00€. Referiu que, como o Grupo Parlamentar da PSD ficou com algumas dúvidas em relação a estes valores, iriam abster-se. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Esclareceu que, como estamos em fevereiro, o ano de 2018 não é todo, o ano de 2019 é todo e o ano de 2020 também não é todo porque finda o contrato, sendo natural que o ano de 2019 tenha um valor mais alto. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 abstenções** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO QUARTEL DE BOMBEIROS, DE CAMPO DE FUTEBOL DE 7 E DE VIAS DE ACESSO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 30 DE JUNHO”:-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PARQUE INDUSTRIAL DE PINDELO DOS MILAGRES – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL”:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Sobre este ponto, usou da palavra para dizer o seguinte: “A alteração do PDM tem em vista a possibilidade de instalação de um Parque Empresarial, um projeto que sendo importante e estruturante sob o ponto de vista do desenvolvimento de qualquer concelho, mormente para um concelho do interior, peca pela sua localização. Na verdade, tão importante é a localização de um Parque Industrial junto a vias de acesso, como será o caso deste que se pretende construir, como é a proximidade às populações que poderão constituir a sua força laboral. No caso do Parque Empresarial que se pretende construir na freguesia de Pindelo dos Milagres, a localização é afastada de todos os núcleos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

residenciais. Para além disso e ao contrário do que poderia suceder se a localização escolhida tivesse sido a do Forneco, não são beneficiadas as freguesias de Vila Maior e Figueiredo de Alva, em suma, podendo ser beneficiadas três freguesias das zonas leste do concelho, não sai nenhuma beneficiada por uma má escolha do local que beneficiará antes o concelho de Castro Daire e a sua população. Acresce que as características do terreno em causa, concretamente as enormes massas graníticas que lá existem, farão com que a obra de construção do Parque Empresarial seja excessivamente onerosa. Face a isto, e corroborando completamente com as declarações dos Vereadores do PSD na reunião de Câmara, que foi oportuníssimo, daí o facto de trazermos também essas mesmas declarações, o nosso voto é contra.” Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu ter ficado estupefacto com a argumentação do Deputado Eng.º Ribeiro, dizendo o seguinte: “Nós estamos no século 21, das tecnologias, dos transportes fáceis, baratos, estradas incomensuravelmente melhores do que no tempo da sua adolescência e juventude e da minha. A localização que foi aqui alvitrada seria muito mais gratificante para a minha aldeia, por exemplo, que fica logo ali ao lado, mas em termos estratégicos esta localização geográfica é adequada. As empresas querem que as mercadorias e as matérias-primas cheguem facilmente e o mais barato possível e querem que as mercadorias produzidas escoem também com a maior rapidez possível. Porquê? Porque depois em jogo está um preço de mercado e o preço de mercado tem de ser tão baixo quanto possível e isso só acontece, entre outras variáveis, quando a localização permite custos menores em termos de deslocações de transporte. Eu como pessoa residente em Figueiredo de Alva, e está aqui o Presidente da Junta que poderá reforçar aquilo que eu vou dizer, eu não me sinto minimamente lesado. Quando o Plano Diretor Municipal foi elaborado e aprovado em 1995, eu tive uma participação muito grande na sua elaboração e tenho uma quota-parte de responsabilidade, porque aquele polo industrial, posso dizê-lo e orgulhar-me dele, foi consagrado em PDM muito por minha insistência junto do corpo técnico da Câmara de então, liderado pela Arquitecta Manuela Juncal e eu sempre disse à arquitecta: “Há um polo no Alto Barro, em Bordonhos, que está estrategicamente com uma localização debilitada por causa das acessibilidades e está condenado ao fracasso, ao não desenvolvimento exponencial”, porque é praticamente impossível ligar o Alto do Barro ao IP5 e praticamente impossível ligá-lo ao suposto IP3, porque antes de haver A24 o projeto nacional rodoviário previa o IP3, ligando Chaves a Figueira da Foz e foi depois, posteriormente, no governo de Guterres que houve o salto qualitativo e a conversão do IP3 em A24, que hoje está construída. E aquele polo foi puxado para lá, foi puxado para o lado nordeste do concelho. De facto, apanhando a quadratura daquelas quatro freguesias, Pindelo dos Milagres, Pinho, Vila Maior e Figueiredo de Alva, seria naquela área, mais acolá era insignificante, o importante é que funcionasse e vai funcionar e a questão da localização, para mim, é secundaríssima, o importante é estar junto a uma excelente via de comunicação, como é uma autoestrada. Agora os potenciais empregados de Figueiredo de Alva não têm problemas nenhuns em aceder ali, já hoje vão trabalhar para Castro Daire para as pedreiras da Cela que ficam ainda mais longe.” Presidente da Câmara Municipal: Referiu o seguinte: “O PSD de São Pedro do Sul, pela voz dos seus representantes nesta Assembleia, tudo faz para que o Parque Industrial não fique em Pindelo dos Milagres. O PSD de São Pedro do Sul tudo faz para perder as eleições. O PSD de São Pedro do Sul não tem visão estratégia e quando diz que quer ir fazer o Parque Empresarial no Forneco, é mesmo de quem não tem noção daquilo que diz. Hoje em dia os nossos empresários têm todo o interesse em fomentar as suas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indústrias perto das autoestradas, perto das vias rápidas. Não há nenhum empresário que venha instalar-se no Alto Barro, porquê? Porque fica longe das autoestradas, dos acessos. Nós temos de ir de encontro àquilo que pode fomentar o emprego e para se fomentar o emprego no nosso concelho é irmos de encontro àquilo que os empresários querem, que é efetivamente criarmos condições perto de vias rápidas para que se possam escoar facilmente esses mesmos bens. Nós não estamos aqui a enganar ninguém. Há 4 anos dissemos que queríamos fazer o Parque Empresarial em Pindelo dos Milagres, o ano passado voltámos a dizer que era em Pindelo dos Milagres que queríamos fazer o Parque Empresarial. Ganhámos as eleições da forma que foi, na freguesia de Figueiredo de Alva e todas as freguesias à volta todas as pessoas sabiam que era lá que íamos fazer o Parque Empresarial, o que significa que se as pessoas tiveram acesso e tiveram conhecimento dessas nossas pretensões, era isso mesmo que as pessoas pretendiam e o que nós fizemos foi ir ao encontro das pretensões das pessoas que é acima de tudo tentar criar emprego. Iremos ter fundos comunitários na ordem de 85% para se criar esse Parque Empresarial que já devia estar feito há muito, e se nós hoje em dia estamos a perder população em São Pedro do Sul deve-se ao facto de anteriores executivos nada terem feito no sentido de criar emprego e indústria no concelho de São Pedro do Sul.” Presidente da Assembleia Municipal: Usou da palavra, apenas para referir que o Vereador Dr. Daniel Martins fez parte da sua lista há doze ou treze anos e o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres constava do seu programa eleitoral. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse que não é contra o investimento no Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, é a favor que se invista em Pindelo dos Milagres no Parque Empresarial, mas também é a favor que se invista em melhores acessos para o Parque Industrial do Alto Barro e que já foram apresentadas, pela Junta de Freguesia de Carvalhais e pelo próprio, propostas nesse sentido. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu continuar a ser do entendimento do PSD que para o concelho, para os habitantes das freguesias limítrofes, teria muito mais-valia se efetivamente o Parque Empresarial fosse no Forneco, que se devem pôr os parques industriais e dar a mais-valia às populações que votaram no PS e no PSD. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que o atual executivo tem opções e em pouco tempo concretiza-as e concretiza-as com participações de 85% de fundos comunitários, não é dinheiro que sai inteiramente do erário público, ao contrário de outros que durante muito tempo nunca tiveram opções e nunca concretizaram nada nesse sentido. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **23 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Paulo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), **7 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD) e Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e **1 abstenção** do Deputado Municipal António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR-DELEGADO DA TERMALISTUR”: -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que, assim como fizeram em relação ao ponto anterior, o Grupo Parlamentar do PSD está em sintonia com os Vereadores do PSD, com o que declararam na reunião do dia 8/12/2017 e os motivos que votaram contra, pelo que se revêm nas suas tomadas de posição, votando contra a presente proposta. Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Sobre este ponto, disse o seguinte: “Estes senhores do PS desde sempre fizeram bandeira nas Assembleias Municipais e na Câmara Municipal. Quando o Dr. António Carlos era Presidente da Câmara Municipal, e eu também fiz parte do elenco camarário como vereador, era a dívida, a venda da Termalístur, a venda do balneário à Termalístur, e nós fomos confrontados pela entidade de saúde pública que disseram “Ou os senhores fazem obras ou o balneário fecha.” Nós estamos a falar em 2006 ou 2007, foi um período entre quadros comunitários, não havia fundos comunitários e nós tivemos que tomar uma decisão arrojada, que foi avançarmos para as obras que estão lá. O Dr. António Carlos, que era o Presidente do Conselho da Termalístur e Presidente da Câmara, vendeu o balneário a ele próprio, porque tínhamos que nos financiar, porque a obra era premente, porque senão São Pedro do Sul desaparecia, essa é a realidade, a obra está lá e foram criadas condições para muitos postos de trabalho. O Dr. Pedro Mouro vem dizer porque a Termalístur deve dois milhões de euros de rendas à Câmara Municipal, ora já dá para quatro anos, quinhentos mil euros, estamos quites em termos de prejuízos. Acabem com a conversa fiada do prejuízo da Termalístur, porque as rendas são excessivas, temos que assumir isso, acabe-se com esta ocultação da realidade, temos que falar a verdade para as pessoas perceberem. As rendas são 67 mil euros ou à volta disso, é evidente que não há receita do Balneário Rainha Dona Amélia para pagar 67 mil euros à Câmara todos os meses, é evidente que dá jeito à Câmara receber aqueles 67 mil euros para andar a fazer uma calçadita aqui, meter mais uma recarga de tapete acolá, mais um murito, mais meia dúzia de pedras. Vamos acabar com esta hipocrisia. A Termalístur não produz para pagar uma renda tão elevada, e já devia ter sido tomada esta medida há muito tempo. Agora, dececionou-me o Dr. Pedro Mouro, quando veio falar no Gerós. O Gerós foi comprado, salvo erro, em 2008 por 300 mil euros, paga uma média de 22 mil euros por ano, ora

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

de 2008 até 2016 são oito anos, portanto neste momento meus amigos a dívida é residual. Eu gostava que o Dr. Pedro Mouro apresentasse aqui números concretos: quanto é que realizamos de receita, quanto é que o Gerós fatura, independentemente de faturar mais ou menos é uma mais-valia em termos de diversão para as nossas populações e também para atrair pessoas. Eu sei que vem gente de fora para o Gerós porque é um local aprazível, portanto não vamos agora tentar varrer para debaixo do tapete e ludibriar as pessoas a dizer que o problema do financiamento para a Termalístur é o Gerós. Portanto, se eles não tiveram capacidade para aumentar os aquistas nas Termas têm de o assumir, o Conselho de Administração falhou. Nós temos que duma vez por todas acabar com a especulação à volta do prejuízo das Termas, porque as Termas não dão prejuízo nenhum, as Termas faturam, agora deviam era faturar mais, e aqui faz-se novamente uma crítica: está-se a apostar na fisioterapia, mas a fisioterapia não deve ser a fonte de receita principal da Câmara Municipal, nós temos que aproveitar e explorar ao máximo a balneoterapia, aquilo que a mãe natureza nos deu: a água quente. As propriedades da nossa água são únicas e é aí que nós temos que centrar a nossa ação. Acho que nós devemos ter um serviço de fisioterapia de apoio à balneoterapia e não fazermos uma bandeira da fisioterapia, dar espaço aos nossos jovens fisioterapeutas que estão desempregados e que têm de sair do nosso concelho para sobreviverem. Portanto nós temos, de uma vez por todas, todos juntos, que zelar pelo bem e pelo progresso das Termas, porque as Termas são o coração da economia de São Pedro do Sul e hão-de continuar a ser. Não podemos andar a enganar as pessoas com tretas, vamos é trabalhar em prol do bem dos Sampedrenses e em prol daquilo que nós temos e que a natureza nos deu, que são as águas termais. Agora, com um prejuízo avultado que o Conselho de Administração dá provas de falha, vamos aumentar o salário do Administrador Delegado! Isto é, no mínimo, surreal, acho que isso vos fica muito mal. Se apresenta resultados, sim senhor, deve ser aumentado, subsidiar a produção. Então com prejuízo dá uma proposta de aumentar o salário do Administrador Delegado, pelo amor de Deus! Eu não tenho nada contra o Conselho de Administração, tenho a ver é com o exercício das suas funções e está a falhar. Não venham falar do que está para trás, é para a frente, temos é que saber definir linhas assertivas duma vez por todas. Quanto é que custou o festival da RFM no ano passado? Se calhar dava para pagar o resto do Gerós. É preciso eventos, nós temos que atrair pessoas para o nosso concelho, temos de promover o turismo, mas temos que ter alguma cautela com as despesas e isso é que está a falhar. Eu não queria estar aqui a alimentar discussões, por respeito a todos os Sampedrenses, eu quero é que, de uma vez por todas, nós consigamos definir linhas orientadoras com estratégia para que São Pedro do Sul se continue a afirmar o grande concelho com as melhores termas do País, se calhar até da Península Ibérica.” Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu o seguinte: "O Sr. Professor entrou aqui em contradição: disse que a Termalístur não consegue gerar receita porque tem uma renda bastante elevada, mas depois diz nós não podemos aumentar quem lá está porque não consegue atingir riqueza, portanto não consegue apresentar resultados positivos. Há aqui uma incongruência. Todos nós gostamos de ver aumentados os nossos salários, há inflação todos os anos de dois, três por cento, e em função dessa inflação, normalmente, aumentam-se os vencimentos, é nessa perspetiva. O ponto que estava aqui em discussão era o ponto relativamente ao aumento, falou-se aqui no Plano de Atividades da Termalístur e o Sr. Professor não veio aqui falar sobre isto, nessa altura deveria ter falado. Agora estamos a falar aqui de um aumento do Presidente do Conselho de Administração e eu apoiamos a proposta que a Câmara apresenta sobre o aumento, ou votamos contra, é tão simples

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

como isso. Todos os anos há inflação e os vencimentos são comidos por essa inflação e há que repor, não tem nada a ver se há resultados positivos ou negativos, é assim que se gere a empresa, independentemente se há resultados negativos. Temos que analisar o que é que temos de fazer para alterar a situação económica, ou seja, temos que analisar em função do valor da inflação para repor os vencimentos.” Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Em resposta disse: “Acho que quem baralhou um bocadinho as coisas foi o Senhor, sabe porquê? Porque tinha sido definido que o Administrador Delegado receberia 80% do salário de um Vereador, portanto se houver inflação tanto há para o Vereador como para o Administrador Delegado. Nós estamos a falar de percentagens, eram 80% e agora o que o executivo atual quer fazer é equiparar o salário do Administrador Delegado ao salário do Vereador, portanto são coisas completamente diferentes. Eu não entrei em contradição porque os resultados são negativos. É evidente que as Termas criam receita, mas deviam criar mais e os resultados em função da renda, das despesas que têm, são negativos, portanto o Administrador não teve capacidade para dar o salto, para pôr a empresa com lucros. Vamos acabar com a hipocrisia de andarmos aqui para trás e para a frente e tomar medidas de uma vez por todas, não andarmos aqui à procura de quem é que sai melhor no filme, temos que ser honestos, temos de ser realistas, temos de ser autênticos, é preciso é tomar decisões.” Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Retorquiu, dizendo: “Senhor Professor, se retiramos as rendas, a Termalístur vai dar resultado positivo, então a culpa não é do Administrador. Quem decide sobre as rendas é o executivo, portanto se a Termalístur dá prejuízo em função de uma renda de 67 mil euros por mês e quem decidiu foi o executivo, aquilo que se tem a fazer é analisar qual é o valor da renda que a Termalístur consegue comportar e aí sim, depois estou muito de acordo com aquilo que o Senhor Professor diz, depois exigimos ao Senhor Presidente do Conselho de Administração que tem de apresentar resultados, mas com uma renda de 67 mil euros por mês mais os juros, é incomportável. Agora não podemos estar a não aumentar por causa dos resultados, é uma contradição. O motivo será a Câmara analisar e baixar, possivelmente, a renda para viabilizar a Termalístur.” Secretário da Junta de Freguesia de São Félix, António Jorge Martins Oliveira (PSD): Perguntou quanto é que ganha o Administrador Delegado neste momento e quanto é que vai passar a ganhar a partir da votação de hoje, referindo que: “Se o valor da inflação se fosse para todos, nós tínhamos um aumento fantástico de 2017 para 2018. Eu não meto em causa a qualidade do Administrador, se tem conhecimento para exercer a função, mas numa empresa privada, se as pessoas são tão boas (há a SONAE, há outras empresas em que poderão trabalhar além da Termalístur), eu não consigo compreender. Como é que numa altura destas as pessoas são aumentadas? Não é pela inflação, pois se fosse pela inflação nós ainda percebíamos, agora são aumentadas porquê, se os resultados são negativos? No meio disto tudo, toda a gente está a perceber que até parece que se está a banalizar a função do Administrador, que se baixarmos as rendas qualquer um de nós consegue ter resultados positivos, e não é bem assim, para ser gestor é preciso estudar, é preciso estar dentro dos assuntos. Portanto, para que sejam esclarecidas ambas as bancadas, eu gostava que dissessem qual é o valor que é usufruído pelo administrador e qual é a proposta de aumento.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Perguntou qual é o motivo do aumento do salário do Administrador Delegado, uma vez que este aceitou ser Administrador com o vencimento que era e que foi estipulado (80% do vencimento de um Vereador). Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em resposta, disse o seguinte: “O Conselho de Administração entrou em funções a 1 de janeiro e esta é a proposta de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

remuneração a partir de 1 de janeiro. Havia um Conselho de Administração, que por acaso o Administrador Executivo é o mesmo, que findou funções no ano passado e agora há um novo Conselho de Administração que entrou em funções no dia 1 de janeiro e para o novo Conselho de Administração é preciso definir qual é a sua remuneração e o que a lei diz é que a remuneração dele pode ser igual à do Vereador. Foi a opção que este executivo tomou para o novo Conselho de Administração, não é uma questão de aumento, vejam a proposta, onde que aí diz que é um aumento? É a definição do valor remuneratório, não diz que é aumento. Eu não sei o valor exato, mas o vencimento líquido, que era na ordem dos 1 700,00 €, é na ordem dos 1 900,00 €, é só procurar na lei. O Senhor está na Assembleia Municipal há 30 anos, gaba-se disso e não sabe qual é o vencimento de um Vereador? Estes dados são públicos, é só fazer as contas. Nas eleições quer em 2013, quer em 2017, os candidatos do PSD disseram sempre “vamos ter que ter uma administração independente, vamos ter que ter um contrato de gestão”, mas nunca disseram quem era o Administrador que, se o PSD tivesse ganho as eleições, ia para a Termalístur, nem quanto é que ele ia ganhar. Aliás, eu devo dizer que estava a estranhar o Sr. Deputado Rogério ainda não ter falado nestas Assembleias, até pensei que tinha algum “açaimo” ou qualquer coisa do género, portanto, a primeira vez que falou, foi hoje. Peço desculpa se me enganei na palavra, é que o Senhor também me provocou, também me faltou ao respeito. Eu tenho a hombridade de lhe pedir desculpa se a palavra não foi a correta, mas o senhor também veio aqui provocar-me, chamou-me mentiroso, disse que eu estava a mentir às pessoas.” Nesta altura, o Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte disse ir abandonar a sessão, face às palavras proferidas, tendo reconsiderado essa decisão após falar com o Presidente da Assembleia Municipal. Presidente da Câmara Municipal: Usou da palavra dizendo ter o propósito de acalmar os ânimos, referindo o seguinte: “Falou-se na questão do Pavilhão de Santa Cruz da Trapa, que estava pronto ao fim de cinco anos. O Pavilhão de Santa Cruz da Trapa está feito ao fim de cinco anos com dinheiro todo da Câmara Municipal, sem nenhuma participação e o PSD podia tê-lo feito com 85% de fundos comunitários e não o fez. E dizer que um dinheirito que vinha das Termas que era para fazer uma calçadita aqui e um murito ali, só que as Termas já esgotou na Câmara Municipal mais de 20 milhões de euros, porque a Termalístur quando foi constituída, foi para pagar dívidas da Câmara Municipal, a Câmara Municipal não tinha dinheiro para pagar aos funcionários e teve que criar uma empresa para ir buscar dinheiro de empréstimos. Estamos a falar em 13 milhões de euros, a Termalístur comprou um edifício que era da Câmara, já era património da Câmara e a Termalístur foi buscar 13 milhões de euros para injetar na Câmara, que estava falida e a Câmara Municipal a partir daí continuou a endividar-se. Nós chegámos à Câmara Municipal com 26 milhões de euros de dívidas, e mesmo assim conseguimos abater a dívida, tanto na Câmara como na Termalístur. E quando hoje aqui se fala que a Termalístur não dá lucro, pois não, a Termalístur não dá lucro nem pode dar lucro, porque com as condições que tem, pagando 67 mil euros de renda por mês, pagando juros à banca de perto de 13 milhões de euros, que agora já são menos, fazendo amortizações todos os anos, não tem hipótese nenhuma de dar lucro. Agora não se queiram castigar as pessoas que estão à frente da Termalístur, porque a empresa não dá lucro, porque nem que fosse o melhor gestor do País nunca poderia dar lucro com rendas destas, juros conforme se pagam e amortizações. Para que vocês tenham ideia, desde que nós estamos à frente da Câmara Municipal a Termalístur abateu na sua dívida mais de um milhão e meio de euros, mais de um milhão e meio de euros que a Termalístur pagou de dívidas, a evolução da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faturação aumentou 4,55%. Nós não queremos pôr aqui ninguém em causa mas, desde 2004, a Termalístur pagou à Câmara Municipal 24 milhões de euros. Onde é que eles estão? Gastaram-se em quê? Em contrapartida, a Termalístur recebeu da Câmara Municipal pouco mais de 3 milhões, ou seja, há aqui um diferencial de quase 21 milhões de euros. Mais, ao contrário daquilo que se diz, houve uma evolução de clientes, umas positivas e outras negativas: a evolução de clientes em fisioterapia, de 2013 até agora, aumentou de 480 para 755; no que diz respeito ao termalismo clássico, que é aquele que mais dinheiro nos dá porque é onde as pessoas fazem tratamentos de doze e catorze dias, diminuiu para perto de 11.500 pessoas, aqui há um decréscimo e há um decréscimo que toda a gente sabe, as pessoas não têm dinheiro, as pessoas hoje em dia têm que ajudar os pais, têm que ajudar os filhos, têm que ajudar os netos que não têm emprego, havia participações do Estado que deixaram de existir, com este Governo parece que finalmente temos condições para poder aumentar a partir de meados do ano. No que diz respeito a clientes de bem-estar, aumentou de 1.600 para perto de 2.200, ou seja, teve um aumento de 130%. Alguém aqui disse que era importante que todos nós dinamizássemos as Termas, mas eu não vejo aqui Senhores Deputados Municipais do PSD quando a Termalístur publica ações nomeadamente a Festa dos Namorados ou na Páscoa, a publicitar essas mesmas ações. Quantos clientes é que vocês trouxeram para cá? A quantas pessoas vossas amigas é que vocês disseram para vir fazer Termas? É claro que fosse qual fosse o vencimento agora aqui indicado, a bancada do PSD iria sempre votar contra, nem que o valor fosse 500,00 € ou 700,00 €, agora sejamos sinceros, não é por aí, não digam que é por não dar lucro, porque se não dá lucro e nos próximos anos não poderá dar lucro é porque nós infelizmente temos que andar a pagar dívidas que Vossas Excelências contraíram para fazer pagamentos à Câmara Municipal que não havia necessidade. Quando as dívidas da Câmara estavam separadas das dívidas da Termalístur, as coisas não se notavam, o problema é que agora a dívida é consolidada, a dívida da Termalístur é junta à dívida da Câmara. Onde é que aí na proposta diz que é um aumento? É a definição do valor remuneratório, não diz que é um aumento. Estes senhores quando lá estiveram receberam 13 milhões, contraíram os empréstimos para pagar as dívidas e para pagar os ordenados aos funcionários e os senhores fizeram bonito, toca a gastar os 13 milhões naquilo que quiseram, de seguida ia haver eleições, mais umas calçaditas, mais uns muritos e ganharam as eleições. Com papas e bolos se enganam os tolos.”

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Usou novamente da palavra para dizer o seguinte: “Mais uma vez peço desculpa, não foi a palavra certa que eu usei, mas tenho a humildade para o pedir porque, e volto a referir, me senti provocado. A Termalístur deve à Câmara cerca de 1,8 milhões de euros, mas lá está, nessa tal operação e é isso que convém clarificar o que foi referido aqui, em 2007 a obra de construção do Balneário custou na ordem dos 8 milhões de euros e o empréstimo para a aquisição foi feito por 13 milhões, isto quer dizer que, na prática, era como se a Termalístur tivesse antecipado o pagamento de 5 milhões de euros à Câmara. A referência que mais uma vez fez e deturpou aquilo que eu disse no que toca ao Gerós. Se formos mais uma vez ouvir a gravação, eu não disse aqui em momento algum que tinha sido uma má aquisição, antes pelo contrário, o que eu disse é que seria melhor a gestão do Gerós ser feita pela Câmara Municipal e não pela Termalístur. Eu não disse em nenhum momento que o Gerós não era uma mais-valia, o Gerós é uma mais-valia para o concelho, agora é mais eficiente gerir pela Câmara Municipal do que pela Termalístur, porque a Termalístur tem que contratar sempre sazonalmente pessoal para lá, tem de contratar uma empresa para fazer todos os anos a limpeza.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estão a querer deturpar aquilo que eu eventualmente disse. No que toca à fisioterapia, não fomos nós que criámos a fisioterapia, quando chegamos ela já lá estava e muito bem, e não acho que, ao contrário do que disse o Professor Rogério, o serviço que a fisioterapia do Balneário Termal presta seja concorrencial com as empresas privadas que existem em São Pedro do Sul, ou outras que possam surgir, por duas razões: primeiro, porque desde logo tem água termal, é usada água termal na nossa fisioterapia e as clínicas privadas que existem em São Pedro do Sul obviamente não usam essa água termal; segundo, ao que sei, os preços praticados não são iguais, isto é, a fisioterapia prestada pela Termalitur são valores que muitas vezes não são comparáveis com o que é praticado nas clínicas privadas, portanto não acho que seja uma atividade propriamente concorrencial. Relativamente à remuneração, a lei define que possa ter este valor e quando estamos a nomear o novo Conselho de Administração obrigatoriamente temos que lhe fixar uma remuneração e nós fixámos a remuneração pelo valor de Vereador que é o que diz a lei. A lei, como o Professor Rogério disse, não define, por exemplo, que poderia ter um valor por mérito ou por objetivos. No que toca à renda, esta questão já foi discutida talvez há dez anos atrás e vamos ver as posições que todos tomaram nessa altura, em que até foi equacionado, e deixo isto no ar, a possibilidade da renda ter uma componente variável em função dos resultados ou em função de outro fator qualquer e ainda bem que acho que nisso estamos de acordo. A Termalitur é uma empresa municipal, detida 100% pelo município, mas não se esqueçam que a Termalitur ou a atividade termal de São Pedro do Sul entra em concorrência direta com uma série de Termas geridas por privados, e se aqui tem uma renda exorbitante entra logo em desvantagem no mercado e é isso que nós temos de alterar. Agora se já devia ter sido, se calhar já, estamos na altura de todos trabalharmos para isso e todos darmos a nossa opinião. O cerne da questão é mais clientes, é redução da despesa, porque nós não estamos aqui também a dar um cheque em branco ao Administrador, nem a ele nem ao resto do Conselho da Administração, porque há um conjunto de exigências que nós fizemos e de objetivos que eles têm de cumprir, nomeadamente em termos de faturação e é isto que o executivo pediu ao novo Conselho de Administração que, repito mais uma vez, tomou posse a um de janeiro e esta remuneração é para o novo mandato.” Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD): Voltou a intervir para dizer o seguinte: “Sr. Presidente disse que contraímos um empréstimo de 13 milhões de euros, é verdade, mas esqueceu-se de dizer que nós fizemos a recuperação do Balneário, nós gastámos 8 milhões de euros a fazer aquela recuperação, remodelámos o Balneário todo, senão tinha sido fechado. Quem é que fez as obras? Quem é que recuperou o Cineteatro? Quem é que recuperou o Pavilhão das Termas? Quem é que fez a requalificação urbana? Quem é que fez o Centro Escolar? Quem é que fez as entradas para São Pedro do Sul e o mirante? Tanta coisa que foi feita, as obras estão lá, as pessoas passam lá, utilizam-nas. Agora o problema é que falta aqui alguma honestidade intelectual quando só se fala num aspeto e não se fala no noutro. Eu acho que toda a gente reconhece que o executivo do PSD tomou opções, más ou boas, elas podem ser criticadas, mas as obras estão lá, elas existem fisicamente. Nós não podemos dizer ou querer deixar ficar a ideia de que o dinheiro levaram-no para casa, ninguém disse isso, como é evidente, mas dizer o que é que fizeram ao dinheiro! Sr. Vereador Pedro Mouro, eu não disse que o Senhor disse que o Gerós tinha sido uma má compra, o Senhor deu a entender que o Gerós também era um empecilho, era mais uma coisa a estorvar na dívida. Agora uma coisa é certa, nós contraímos esses 13 milhões de euros para fazer obra, mas os senhores estão-se a disponibilizar para uma operação financeira que, no mínimo, vai envolver 2 milhões de euros



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para pagar rendas, não é para investimento, são coisas completamente diferentes, uma coisa é pedir para investir, outra coisa é pedir para pagar dívidas.” Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Manuel Duarte Laranjeira (PS): Disse que se a Termalstur, a pagar os 67 mil euros que já pagava no anterior executivo, mesmo assim deu mais lucro do que no passado, aí sim, podem avaliar que o Administrador vale o aumento, porque se os resultados foram um fracasso, com o respeito que tem pelo Dr. Vítor Leal, votaria contra o aumento do ordenado, pelo que solicitou que informassem quais são exatamente os valores, se o Dr. Vítor Leal conseguiu levantar os valores do anterior executivo e se agora manteve. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Usou da palavra, dizendo o seguinte: “Sr. Presidente da Câmara, eu sou um frequentador das Termas desde pequenino, do tempo em que a Câmara era Socialista, no tempo do Dr. Bandeira Pinho e do Professor Ferreira Gomes, eu era deputado na Assembleia Municipal nessa altura e até tinha o privilégio de fazer tratamentos em determinado período muito mais em conta, com uma redução significativa dos tratamentos. O Senhor chegar aqui, apontar o dedo e dizer que esta bancada não tem feito nada para divulgar, julgo que isso não lhe fica bem. O Senhor devia dizer assim, “vamos fazer os possíveis por quem frequentar a estância termal, ter uma redução nos seus custos”, não é por ser mais ou menos idoso, ou por receber o cartão de 3ª idade que tem a faculdade de fazer tratamentos mais baratos, não, é para divulgar. Se nós somos políticos, se estamos nesta casa, se podemos mais e dar mais-valia à própria Termalstur, julgo que devia haver essa benesse. Outro ponto, eu aqui também tenho que contestar os números e sou o primeiro a contestar, eu não acredito nos seus valores, até porque o Senhor anda numa guerra aberta com os anteriores Vereadores, em que eles pediam documentos e, que eu saiba, nunca foram dados esses documentos à anterior Vereação do PSD.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse o seguinte: “É mentira aquilo que o Senhor disse, é mentira que não tenhamos dado os elementos aos anteriores Vereadores, e se a Câmara Municipal não entregava documentos fizessem queixa. Em relação àquilo que disse, de que na altura do Dr. Bandeira Pinho e do Ferreira Gomes haviam descontos para as pessoas irem fazer tratamentos, o Senhor neste momento também tem desconto, está a usufruir de desconto, felizmente ou infelizmente tem um cartão sénior, infelizmente porque já tem idade, felizmente porque tem direito ao cartão, antes de nós não havia nenhum cartão sénior. Tivemos que ser nós a arranjar transportes para as crianças, arranjar descontos para fazer tratamentos, porque os Senhores não tiveram veleidade para isso. Se o Senhor entende que não tem documentos, digamos quais são os documentos que quer que a gente forneça-lhos sem qualquer tipo de problema. Agora não podem é pedir 2.000 ou 3.000 documentos, conforme o anterior Vereador fazia, isto não pode ser assim. Em relação ao que disse o Carlos Laranjeira, queria dizer o seguinte: executivo PSD - ano de 2008, desvio financeiro de 623 mil euros; ano de 2010, desvio de 3.015 euros (eu quando digo desvio, digo diferença de contas); ano de 2012, desvio de 128 mil euros; ano de 2013 (praticamente todo), desvio de 772 mil euros; com o Partido Socialista, em 2016 tivemos um desvio de 382, iremos ter outro desvio em 2017. O nosso período comparativamente com os outros não terá nada a ver. Como se pode calcular e esse desvio existe, como já aqui se disse, porque aquilo que se paga entre rendas, juros e amortizações é difícil que não haja esses desvios. O que nós traremos aqui numa próxima Assembleia Municipal é efetivamente uma proposta para se baixar a renda, baixando-se a renda as condições serão certamente outras.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **20 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO PARCIAL À ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS”:-----

Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este ponto, fez o seguinte esclarecimento: “A estrutura da Câmara Municipal divide-se em unidades orgânicas. Neste momento temos a Divisão Financeira que corresponde a uma unidade orgânica, a Divisão Administrativa que corresponde a outra unidade orgânica, Divisão de Obras Municipais que corresponde a outra unidade orgânica e a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que corresponde a outra unidade orgânica. Depois temos a Educação, Ação Social e Cultura que tem uma equipa multidisciplinar que não é Divisão, isto é, a equipa multidisciplinar, de acordo com a lei, é uma situação transitória ou provisória. O que nós estamos a fazer neste momento é criar mais uma unidade para passar essa equipa multidisciplinar para mais uma unidade orgânica, na prática uma nova divisão, que já existiu no passado e é o que está aqui em causa.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que no tempo do anterior executivo, tiveram que se reduzir as Divisões face à legislação da altura e às restrições, referindo que o Grupo Parlamentar do PSD discorda com esta alteração, pois entendem que a criação de mais uma Divisão é mais um lugar que se cria, é mais um aumento em termos de orçamento numa altura em que se fala tanto em restrições, em reduzir os défices, sendo importante saber quem vai para essa Divisão. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em resposta, referiu que em 2012/2013, quando o executivo anterior fez a redução das Divisões, foi porque houve uma alteração legislativa e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tiveram que o fazer, que a equipa multidisciplinar, que é uma situação provisória e transitória, tem um chefe e que poderá ser essa pessoa a ocupar o lugar de Chefe de Divisão, podendo não estar em causa uma nova pessoa, apesar de ter que haver um concurso. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **20 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 votos contra** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL – ANO DE 2018”;

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Relativamente a este ponto, fez a seguinte intervenção: “Se me falarem aqui na criação de um posto de veterinário, eu pergunto ao Senhor Vereador se os serviços oficiais do Ministério da Agricultura vão financiar este Veterinário, eu penso que sim e tinha a minha aprovação. Depois o Comandante da Proteção Civil, entendo que já devíamos ter um Comandante da Proteção Civil há muito tempo e eu diria, sim senhor, porque não? Depois a admissão ou a contratação de mais um jurista e eu pergunto se vai sair algum dos juristas existentes na Câmara, porque eu penso que existem dois efetivos, a Dr^a Teresa e o Dr. Adriano, juristas contratados, avençados, se algum deles vai sair ou vai perder a avença. Depois os jardineiros, entendo que sim, porque os jardins nesta nossa terra estão tão maus, e se esses dois jardineiros são especializados e vão tornar a nossa cidade mais bonita e mais atraente, também teria logo o meu voto. Mas estes postos de trabalho vieram um pouco avulso, sem serem devidamente especificados, mas também entendemos que há uma certa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância nisso e mexe com pessoas, mexe com serviços e com atividades profissionais, pelo que a bancada do PSD, independentemente da confusão que aqui vai, vai-se abster em relação a este ponto.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, referiu o seguinte: “O executivo em 2013 recebeu de herança 429 funcionários, sem contar com a Termalitur e em poucos anos baixámos para 380, ou seja, baixámos 45. Estamos aqui a propor a contratação de 8 funcionários em áreas específicas: dois jardineiros que são necessários porque, como sabem, estamos neste momento numa fase de construção de um Parque da Cidade com 4 hectares, que é preciso termos limpo; temos numa Ecopista construída recentemente e que vamos aumentar que a queremos ter limpa e bem preparada, porque será os olhos da nossa cidade e das nossas Termas. Uma jurista que daqui a um ano, ano e meio vai para a reforma e nós não podemos estar à espera para daqui a um ano, ano e meio irmos contratar um jurista, porque essa pessoa em poucos meses não terá capacidade para aprender tudo aquilo que é necessário em procedimentos administrativos e nós temos que ter um jurista preparado desde já para que saiba minimamente o que é que está a fazer. A Câmara Municipal só tem uma jurista, tem um avençado e terá que ter sempre um avençado porque há uma série de processos em tribunal e só um advogado fora dos quadros da Câmara é que pode ir defender em tribunal, e nós temos que ter um advogado que esteja ali perto de nós, que saiba o que é que está a fazer. Quanto à questão do veterinário, o Estado está a financiar o veterinário em 40 ou 60%. O que eu queria realçar é que, em apenas quatro anos, baixámos 45 funcionários do quadro da Câmara Municipal e agora estamos a contratar pessoas que, como disse o senhor, alguns já deviam ter sido contratados, o Comandante Operacional Municipal já devia estar em funções, se calhar, desde 2011, mas nós só temos de ir ao encontro àquilo que diz a lei, que é a nomeação dum Comandante Operacional Municipal.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Completou a resposta do Presidente da Câmara Municipal, referindo que: “Em relação ao veterinário, a Direção Geral de Veterinária irá pagar 40% do vencimento. Nós iniciámos com 429 funcionários, neste momento temos 374, mais 5 com licença sem vencimento, 5 em mobilidade, isto é, funcionários da Câmara Municipal que estão em mobilidade noutros serviços e o vencimento é pago pelos outros serviços, 4 pedidos de reforma e 4 baixas prolongadas, entre as quais 2 delas são de jardineiros, daí a justificação para estas situações. No caso dos lugares que serão para o Balneário Romano, aproveitámos esta alteração para os incluir já, para não andarmos aqui sempre com alterações, estes lugares não serão para preencher no imediato, serão só quando o Balneário Romano estiver em funcionamento.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Felicitou o executivo pela criação do lugar de Coordenador de Proteção Civil, mas que um Coordenador de Proteção Civil faz algum trabalho mas não resolve o problema, sendo necessária a resolução do problema da estrutura de proteção civil que é um conjunto de pessoas que dê resposta a essas necessidades, perguntando se também vai haver alterações em relação a isso. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu, dizendo que na altura própria dar-lhe-á a resposta, adiantando que a Câmara Municipal já comprou equipamentos de bombeiros para alguns funcionários municipais, como capacetes, fardas e botas, para que possam ajudar as populações em caso de incêndio, estão a trabalhar todos os nossos funcionários de rua e irão dar-lhes instruções para que, em caso de aflições, possam também vir para a rua ajudar as populações perto das habitações e que neste momento o Coordenador Operacional Municipal ainda não está nomeado, a sua nomeação é uma competência do Presidente da Câmara Municipal, e que daqui a uns meses voltam a falar sobre esse assunto. Não se tendo verificado



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **20 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 abstenções** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO”:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu o seguinte: “O nosso Grupo Parlamentar não tem grandes objeções relativamente a este ponto, apenas querem fazer aqui uma pergunta muito simples: este conjunto de viaturas são viaturas que deixaram de poder circular com alunos, deixam de poder fazer transportes escolares devido à legislação que assim o obriga, mas se a legislação assim o exige é porque essas viaturas não têm condições para transportar os meninos. Se essas viaturas não têm condições para transportar os meninos eu pergunto que depois dessa proibição depois passa a transportar idosos? A lei não deixa transportar as crianças mas já pode transportar idosos? Pode transportar os nossos netos? Ou seja, há aqui uma incongruência muito grande, e é precisamente por isso que a nossa dúvida se põe e julgo que isto devia ser esclarecido ou até apresentar uma proposta, uma moção, para que estas viaturas amanhã, quando passam para transporte das coletividades, possam ir em segurança. Nada nos diz que essas viaturas nos podem dar confiança, pelo que a bancada do PSD abstém-se nesta proposta.” Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta, referiu estarem de acordo com o que o Deputado Municipal disse, que também não concorda com a legislação que diz que as viaturas com mais de 16 anos de vida não podem fazer

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

transporte escolar, mas que podem transportar as coletividades, podem fazer o transporte de outras crianças, adolescentes, de todas as faixas etárias. Disse ainda que, findos os 16 anos de vida, mesmo que alienassem as carrinhas, qualquer coletividade podia comprar uma e usá-la para, por exemplo, transporte de atletas. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que, ao deixarem de fazer os transportes escolares, tinham duas opções: ou abatíamos as carrinhas ou permitiam que, com a máxima segurança, as coletividades as possam usar. Disse ainda que esta alteração foi para inquérito público durante 30 dias e que ninguém se pronunciou. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **10 abstenções** dos Deputados Municipais Rogério Fernandes Duarte (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Isabel Maria Duarte Gomes Rodrigues, Tesoureira da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 19 horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,